



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL (RM/NATAL) DE 2000 À 2010

CLÁUDIA ROSEANE PEREIRA DE ARAÚJO CAPISTRANO¹

RESUMO

O trabalho tem como objetivo geral analisar as unidades domésticas/famílias (unipessoal, com parentesco e sem parentesco) na Região Metropolitana de Natal/RN. Na metodologia, utilizou-se da pesquisa do tipo exploratória e descritiva, por meio da coleta de dados secundários dos Censos Demográficos, referentes aos anos 2000 e 2010. Observou-se tendência de mudanças no âmbito das configurações familiares na Região Metropolitana de Natal.

Palavras-chave: Família (s). IBGE. Região Metropolitana de Natal.

ABSTRACT

The general purpose of this study is to analyze domestic units/families (single person, related or unrelated) in Natal Metropolitan Area. The Methodology applied was exploratory and descriptive of Demographic Census Data from the year 2010 relatively to the Demographic Census Data of the year 2000. Trends of change were observed within the scope of family configurations in Natal Metropolitan Area.

Keywords: Family/ Families. I.B.G.E. Natal Metropolitan Area

1. INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de Natal (RMN), em processo de formação, foi instituída no ano de 1997 pela lei complementar 152/97, de 16 de janeiro de 1997 e composta atualmente por 15

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

municípios² (Gomes, 2009).

As transformações econômicas, sociais e política, em curso, remonta à década de 1980, contribuindo, decisivamente, para a formação da RM/Natal. De acordo com Clementino e Pessoa (2009, p. 73), essa formação vem se dando de forma socialmente segmentada, como está ocorrendo também nas demais regiões metropolitanas do Brasil.

“Os traços da crise social vivenciada pelas regiões metropolitanas brasileiras também se expressam em Natal, principalmente por uma realidade social marcada negativamente por questões relacionadas a educação, trabalho, distribuição de renda, questões demográficas e infra-estrutura básica (de saúde e saneamento).” (CLEMENTINO; PESSOA, 2009, p. 83)

A esses traços da crise social presentes nas regiões metropolitanas no Brasil, e consequentemente na RM/Natal, podemos acrescentar a temática “família”, como uma expressão da questão social³, que se faz necessário compreender.

No entanto, um ponto crucial no nosso trabalho é a definição do que seja família, tendo em vista o grau de complexidade que envolve tal conceito. Essa questão é evidenciada na própria mudança metodológica do IBGE no ano de 2010, em relação ao de 2000. Nos Censos Demográficos até 2000, e nas PNADs até 2011, o IBGE (2012, p. 284) considerava **família** sendo um "conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou a pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”.

Entendendo-se, por dependência doméstica, no conceito acima, conforme ainda explicações do IBGE (2012), a relação estabelecida entre a pessoa de referência da própria família e os empregados domésticos e os agregados da família. E por normas de convivência, por sua vez, as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Todavia, o IBGE não define para o segundo caso o que seriam essas determinadas regras de convívio de pessoas que moram juntas.

² Municípios da Região Metropolitana de Natal: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará – Mirim, Nísia Floresta, São José do Mipibu, Monte Alegre, Vera Cruz, Ielmo Marinho, Arês, Goaninha e Bom Jesus. As análises foram feitas com a Região Metropolitana de Natal (RMN) composta por 10 (dez) municípios porque 05 (cinco) municípios não faziam parte da RMN até fevereiro de 2015. Os municípios que não faziam parte da RMN eram Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus.

³ Questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social que é cada vez mais coletiva e o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2001, p. 27)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Já no Censo Demográfico de 2010, o IBGE introduziu o conceito de **unidade doméstica**, considerando como tal: "*a pessoa que morava sozinha ou o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência*" IBGE a (2012: p.36).

Sendo assim, o que era considerado como família no Censo de 2000, passou a ser incorporada ao conceito **unidade doméstica** no Censo Demográfico de 2010, porém restringindo a sua definição, em relação ao seu conceito no Censo demográfico de 2000. Assim, o conceito de família passa a ser restringida apenas ao "*conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica.*" IBGE a (2012, p. 35).

Explicando melhor, a nova definição, até então, do que passou a ser família, enquanto unidade doméstica, o IBGE (2012b:p.36), passa a identifica-la a partir da composição de duas pessoas ou mais com parentesco, quando constituída, por sua vez, "*somente pela pessoa responsável pelo domicílio com pelo menos uma pessoa, na condição de parente (cônjuge ou companheiro(a), filho(a) ou enteado (a), pai, mãe, padrasto, madrastra, sogro (a), neto (a) ou bisneto(a), irmão ou irmã, avô ou avó, ou outro parente); ou por famílias conviventes.*"

Portanto, essa definição de família do IBGE é a que vamos discutir nesse trabalho, porém, retratando o conceito de unidade doméstica do IBGE, como sinônimo de Arranjos Familiares, comparando com as perspectivas dos autores como Ariés (2006), Giddens (2000), Montalli (2005) dentre outros.

Os outros tipos de unidade domésticas, classificada pelo IBGE, além de **família** ("duas pessoas ou mais com parentescos") são **Unipessoal** (quando constituída apenas pela pessoa responsável pelo domicílio) e "**Duas pessoas ou mais sem parentesco**" (quando constituída somente pela pessoa responsável pelo domicílio com pelo menos uma pessoa na condição de convivente ou agregado (a) e que não possui família segunda , terceira etc).

Agora, propomos o objetivo geral a ser perseguido no trabalho: caracterizar os tipos de arranjos familiares, unidades domésticas unipessoal, sem parentesco e com parentesco, dos municípios da Região Metropolitana de Natal, a partir de um estudo comparativo dos dados dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e 2010; como objetivo específico identificar as características socioeconômicas da Região Metropolitana de Natal no Rio Grande do Norte.

Na metodologia, utilizou-se da pesquisa do tipo exploratória e descritiva, descrevendo e, sobretudo, dissertando sobre as tipologias e os tamanhos dos Arranjos Familiares da Região Metropolitana de Natal, a partir de um estudo comparativo do banco de dados do Censos Demográficos de 2000 e de 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Compreender as estruturas populacionais específicas, no nosso caso específico, os arranjos familiares, a partir de processos ou condições sócio – demográficas que é o nosso escopo de análise neste trabalho, nos remetem a verificação ou a percepção dos resultados das mudanças nas formas e concepções de viver e sobreviver de uma sociedade, determinado por possibilidades de estilos de vida de diferentes camadas sociais que irão refletir nas próprias configurações familiares (Berquó, 1998).

Esses processos de mudanças demográficas dependem de transformações sociais, econômicas e culturais em um determinado tempo e em uma determinada população de um país, ainda segundo Berquó (1988).

Nos estudos demográficos, esses processos são resultados de vários condicionantes, como: da evolução dos níveis e padrões da fecundidade; da quantidade e do tempo da nupcialidade; das separações, dos divórcios; dos recasamentos; das alterações dos níveis de mortalidade por sexo e idade e também da intensidade dos deslocamentos espaciais da população no território.

Assim, em termos gerais, algumas hipóteses são levantadas a partir desses estudos, que estarão presentes também nas nossas análises para o caso da Região Metropolitana de Natal/RN, como, por exemplo a de que o caráter nuclear da família no Brasil continua predominante, mas com o tamanho menor; já que vem ocorrendo um aumento considerável das uniões estáveis e de famílias monoparentais, tendo o pai ou a mãe como chefe da família, sendo, contudo, esta última aparecendo de forma mais frequente nas últimas décadas.

2. UM OLHAR DEMOGRÁFICO SOBRE OS ARRANJOS FAMILIARES NO BRASIL

Este item pretende analisar os arranjos familiares⁴ no Brasil e suas mudanças nas últimas duas décadas do século XX, para tanto é necessário compreender essas mudanças pelo olhar da demografia, por dar condições teóricas para analisar tais mudanças em nível regional e local. Vale ressaltar as contribuições dos historiadores demográficos ingleses e franceses, a partir do século XVI, que coletavam registros de forma sistemáticas referentes a casamento, batismo e morte; estabelecendo a história biológica das famílias, concomitante com dados censitários fornecidos

⁴ De acordo com Osório (2000, p. 69), “um arranjo familiar é formado por uma pessoa vivendo só ou por um grupo de pessoas que residem em um domicílio particular. Geralmente, esse grupo é constituído por familiares, mas há casos de grupos formados unicamente por pessoas que não reconhecem laços de parentesco entre si, como, por exemplo, as repúblicas de estudantes”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

casa a casa e, dessa forma, construindo tipologias das unidades domésticas nas paróquias (Fonseca, 1989).

No Brasil os historiadores demográficos, de acordo com Teruya (2000), acompanharam as discussões da Inglaterra e da França, porém adaptando as metodologias utilizadas e considerando as especificidades da formação social e histórica local.

Compreender estruturas populacionais específicas, nesse caso os arranjos familiares, a partir de processos demográficos que são resultado de mudanças nas formas e concepções de viver e sobreviver de uma sociedade e também determinando outras possibilidades de estilos de vida de diferentes camadas sociais refletindo nas configurações familiares, Berquó (1998).

Esses processos de mudanças demográficas dependem de transformações sociais, econômicas e culturais em um determinado tempo de uma determinada população de um país. Na perspectiva demográfica e estatística, as mudanças e permanências vêm marcando a estrutura familiar brasileira nas últimas décadas, pois segundo Berquó (1988, p. 414), *“a família é (...) a instituição a que é atribuída a responsabilidade por tentar superar os problemas da passagem do tempo para o indivíduo como para a população”*.

Nos estudos demográficos, esses processos são resultados de vários condicionantes: da evolução dos níveis e padrões da fecundidade, da quantidade e do tempo da nupcialidade, das separações, dos divórcios, dos recasamentos, das alterações dos níveis de mortalidade por sexo e idade, e sem esquecer também da intensidade dos deslocamentos espaciais da população no território. Algumas hipóteses são levantadas a partir desses estudos: o caráter nuclear da família no Brasil continua predominante, mas com o tamanho menor; ocorreu um aumento considerável das uniões estáveis⁵ e de famílias monoparentais, tendo o pai ou a mãe como chefe da família, sendo esta última a mais frequente.

Vale ressaltar duas principais mudanças que estão ocorrendo na esfera privada, ou seja, no interior do núcleo familiar: primeiro, o acúmulo de papéis que a mulher vem ocupando tanto no espaço público quanto no espaço privado, atribuições que a décadas atrás eram exclusivas ao homem foram paulatinamente divididas e/ou delegadas às mulheres; segundo, pode-se mencionar novos padrões de relacionamento entre os membros da família, ou seja, está ocorrendo uma tendência da passagem de uma família menos hierárquica para uma família mais igualitária nas camadas médias e a *posteriori* atingindo as camadas populares. A segunda traz mudanças

⁵ De acordo com o Código Civil de 2002 em seu artigo 1723: É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. (ANGHER, 2009, p.214)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

incomparáveis ao que se entende por “família”, porque o sentido de família sai da sobreposição apenas da dimensão biológica/ reprodutiva de consaguinidade e passa mais para uma dimensão social e emotiva; elencando a *afetividade* como um elemento estruturador nos arranjos familiares na atualidade.

De forma resumida vamos traçar o quadro demográfico do Brasil entre as décadas de 1940 à 1980, para depois adentrarmos de 2000 e 2010. Em termos gerais, nesse período, a população brasileira passou por profundas mudanças apresentando taxas de crescimento populacional bem variadas, ora crescente ora decrescente.

Observa-se, também, que a partir da década de 1980, a taxa de fecundidade no Brasil continua a decair, chegando em 1984 a estimativa de 3,5 filhos por mulher em cada domicílio. Uma consequência da queda da taxa de fecundidade é um progressivo envelhecimento da população, pois a população com mais de 60 anos de idade, passou de 4,2 em 1950 para 6,1 em 1980, segundo BERQUÓ; OLIVEIRA 1989.

A família brasileira apresentou principalmente nos censos de 2000 e 2010 uma redução contínua de seu tamanho e uma maior diversidade em sua composição devido as diversas transformações que vem ocorrendo em vários aspectos, sejam econômicos, políticos, sociais e culturais e que encontram-se no perfil demográfico da população brasileira com o crescente número de divórcios, de separações, no adiamento de casamento entre jovens, dos recasamentos, do aumento na legalização das uniões estáveis e de famílias monoparentais e de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

De forma geral, pode-se afirmar que essas duas mudanças citadas acima que vêm ocorrendo nos arranjos familiares referentes às composições e aos tamanhos dos arranjos familiares no país, desnaturalizando uma concepção simplista e harmônica que percebe a família como uma instituição que tem o objetivo de atender as necessidades básicas (funções econômicas, sociais e biológicas). Como bem afirmam Alves; Cavenaghi e Barros (2010, p. 08)

O modelo de “família normal” integrada por um pai provedor, uma mãe dona de casa e seus filhos, como garantia intergeracional do futuro e da reprodução contínua do mesmo tipo de célula familiar, não corresponde ao tipo predominante de arranjo doméstico contemporâneo existente no Brasil e em outras partes do mundo. Embora tipos tradicionais de família sejam encontrados, a família, em geral, não é nem homogênea e nem harmonicamente integrada como sugerem as descrições de alguns tipos ideais que não levam em consideração o contexto de desigualdades sociais existentes em um mundo globalizado, com seus mecanismos de exclusão e estratificação social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Como bem mostra a citação acima, o modelo de “família normal/ nuclear” não é garantia da continuidade da espécie humana, e no exemplo do Brasil não corresponde mais ao único arranjo doméstico legal e reconhecido pelo Estado; ao contrário, na atualidade tipos tradicionais de arranjos familiares convivem com demais tipos de arranjos familiares, neste século XXI, que foram também reconhecidas como família pelo Estado, dispendo das mesmas garantias constitucionais dos arranjos familiares nucleares, como, por exemplo, as uniões estáveis e as uniões homoafetivas.

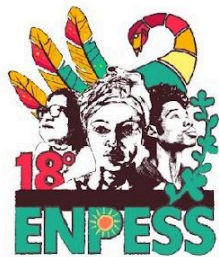
O processo de modernização das estruturas econômicas e sociais trazem consequências para a população brasileira, no caso dos efeitos na família pode-se mencionar as mudanças nas características das próprias unidades familiares, na produção e reprodução das condições materiais e subjetivas de sobrevivência da população, pois, segundo IBGE (2014), outras composições e tipos de arranjos familiares vão dinamizando as relações sociais na esfera pública e privada.

2.2 OS ARRANJOS FAMILIARES NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

2.2.1. Tipologia das Unidades Domésticas dos municípios da Região Metropolitana de Natal, 2000 e 2010.

Analisando a **Tabela 1**, abaixo, com os dados percentuais dos tipos de unidades domésticas dos municípios da RMN nos anos de 2000 e 2010, percebe-se claramente que a unidade doméstica classificada como “**Com parentesco**” se constitui na forma mais representativa na região, com um considerável percentual para a totalidade dos municípios da RMN, tanto ano de 2000, como também no ano de 2010, muito embora com uma tendência relativa de queda, perfazendo no ano de 2000 um percentual médio de 93,31%, e no ano de 2010, caindo para uma média percentual em torno de 90,52%. Analisando, por sua vez, individualmente os percentuais de cada município, pra esse tipo de unidade doméstica, verifica-se que as diminuições um pouco mais acentuadas ocorreram nos municípios de Monte Alegre, que sai de percentual de 94,35% em 2000, para um percentual de 87,34% (-7,01%), em Natal, que passa de um percentual de 92,86%, para um percentual de 88,93% (-3,93%) e Nísia Floresta, que sai de um percentual de 93,57%, para 89,99% (-3,58%).

Tabela 1 Distribuição percentual dos tipos de Unidade doméstica segundo os municípios da Região Metropolitana de Natal, 2000 e 2010.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Municípios	Tipo de Unidade Doméstica						Total
	Unipessoal		Com Parentesco		Sem Parentesco		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	
Ceará-Mirim	6,47	8,19	93,08	91,71	0,46	0,10	100,00
Extremoz	7,06	7,49	92,04	91,87	0,90	0,64	100,00
Macaíba	6,91	8,72	93,03	91,07	0,05	0,21	100,00
Monte Alegre	5,30	12,19	94,35	87,34	0,35	0,47	100,00
Natal	6,76	10,16	92,86	88,93	0,38	0,91	100,00
Nísia Floresta	6,21	9,62	93,57	89,99	0,22	0,39	100,00
Parnamirim	6,28	8,91	93,46	90,39	0,26	0,70	100,00
São Gonçalo do Amarante	5,07	7,99	94,51	91,80	0,42	0,21	100,00
São José de Mipibú	6,02	8,55	93,84	91,13	0,14	0,32	100,00
Vera Cruz	7,67	8,59	92,33	91,00	0,00	0,41	100,00
Total	6,55	9,59	93,10	89,69	0,35	0,72	100,00

Fonte: Censos Demográficos 2000 e 2010

Nota-se, portanto, que o Município de Monte Alegre, no que se refere essa forma de unidade doméstica, caracterizada por ligações de laços de parentescos, tem uma queda percentual bem mais acentuada em relação aos demais municípios que compõe a RMN, de -7,01%, como foi verificado, superando o percentual até da própria capital do estado, o que a colocou também com o menor percentual de participação no ano de 2010, em relação ao demais municípios que compõem a região.

Vejamos o **gráfico 1** abaixo que representa visualmente melhor essas variações nos tipos de unidades domésticas “com parentesco”.

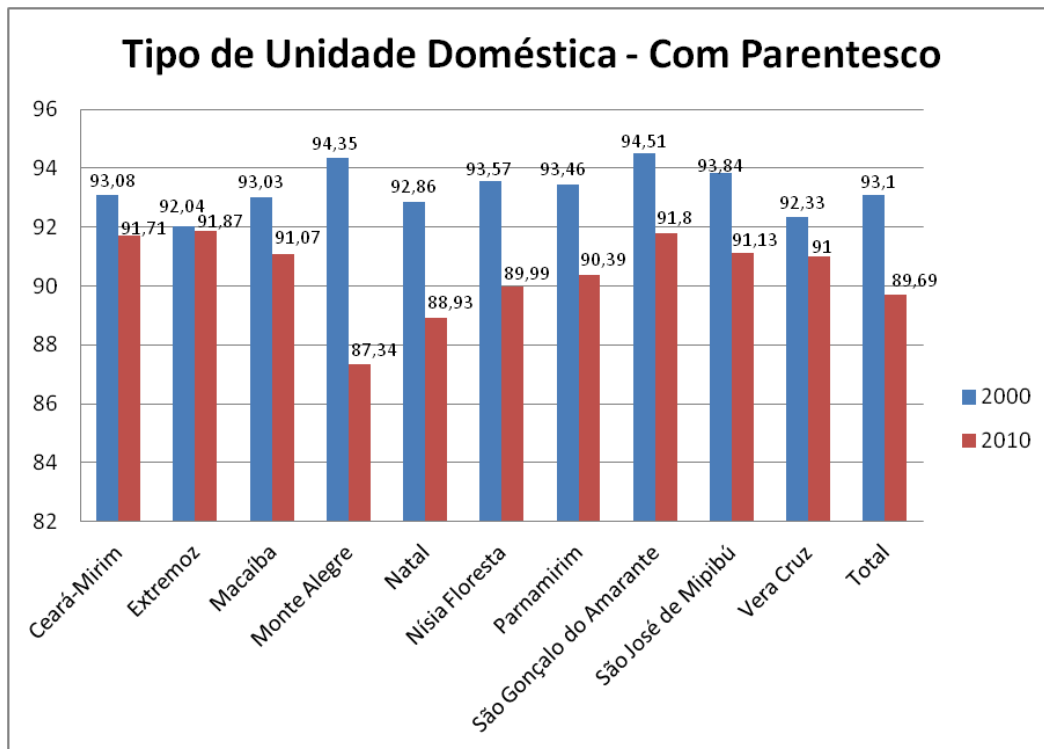
Gráfico 1 - Tipo de unidade doméstica – Com Parentesco



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social



Fonte:

Censos Demográficos 2000 e 2010

Já com relação à unidade doméstica caracterizada como “**unipessoal**”, analisada também na tabela 1, com seus respectivos dados melhor visualizados no gráfico 2, observa-se uma tendência de crescimento em seu percentual em todos os municípios da RMN, saindo de uma média percentual de participação em torno de 6,37% no ano de 2000, para um percentual médio de cerca de 9,04% em 2010. Individualmente, destaca-se aqui também o município de Monte Alegre, que sai de uma participação percentual de 5,30% no ano de 2000, que por sinal era o menor percentual, dentre todos os municípios da região, para um percentual de 12,19% no ano de 2010, que por sua vez passa a ser o maior percentual para esse tipo de unidade doméstica, em comparação também com os demais municípios que compõem a RMN; perfazendo, assim, um aumento de ponto percentual de +6,89%.

A menor participação percentual para esse tipo de unidade doméstica (unipessoal), no ano de 2010, passa a ser a do município de São Gonçalo do Amarante, que atinge um percentual de 7,99%, muito embora, tenha crescido também a sua participação percentual, como também de todos os municípios que compõem a região, como já enfatizado, no ano de 2010 em relação ao ano de 2000, como bem mostra o gráfico abaixo.

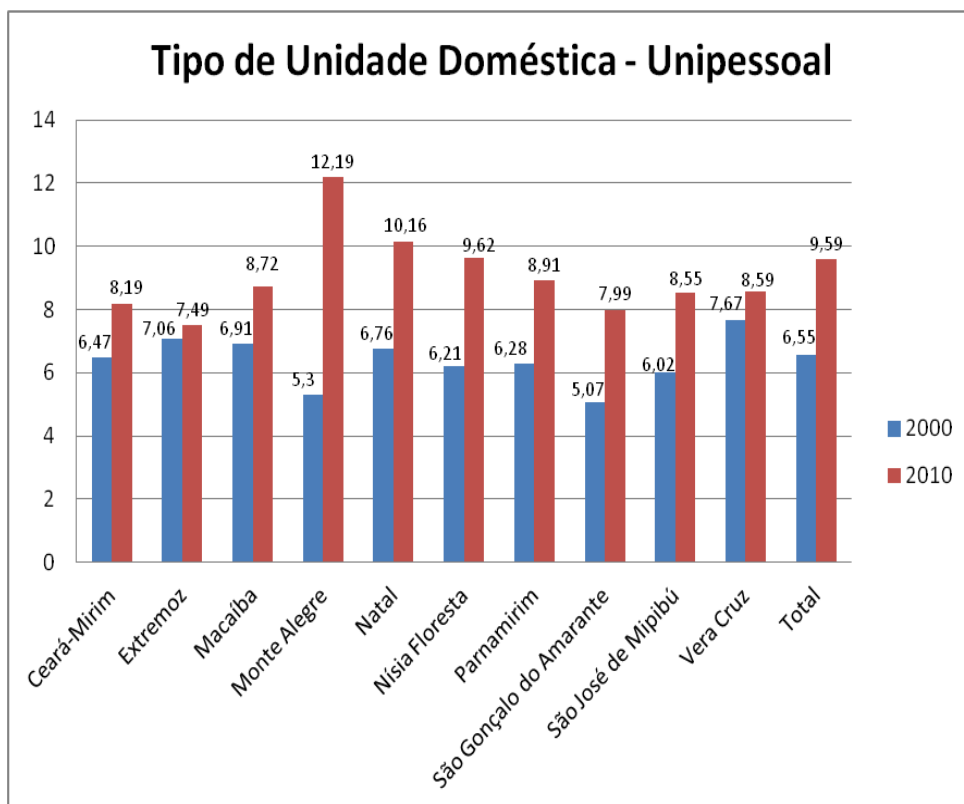


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

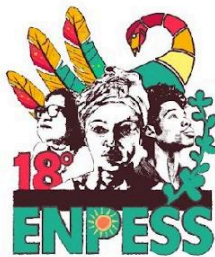
Gráfico 2 - Tipo de unidade doméstica: Unipessoal



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010

Praticamente, comparando os dados percentuais médios das unidades domésticas “**Com parentescos**” e “**Unipessoal**” para o conjunto de todos os municípios da RMN, percebe-se que há diminuição percentual na média da unidade doméstica “**Com parentesco**”, do ano de 2010 em relação ao ano de 2000, que se calcularmos a diferença, fica em torno de -2,79%, constituindo-se, por sua vez, praticamente, no aumento do percentual médio da unidade doméstica denominada de “**Unipessoal**”, que se calcularmos também o seu percentual médio, o aumento fica em torno de + 2,67%, do ano 2010 em relação também ao ano de 2000.

Finalmente, analisando a unidade doméstica denominada “**Sem parentesco**” ainda na tabela 1 e destacados também no gráfico 3, percebe-se que esse tipo de unidade doméstica sofre



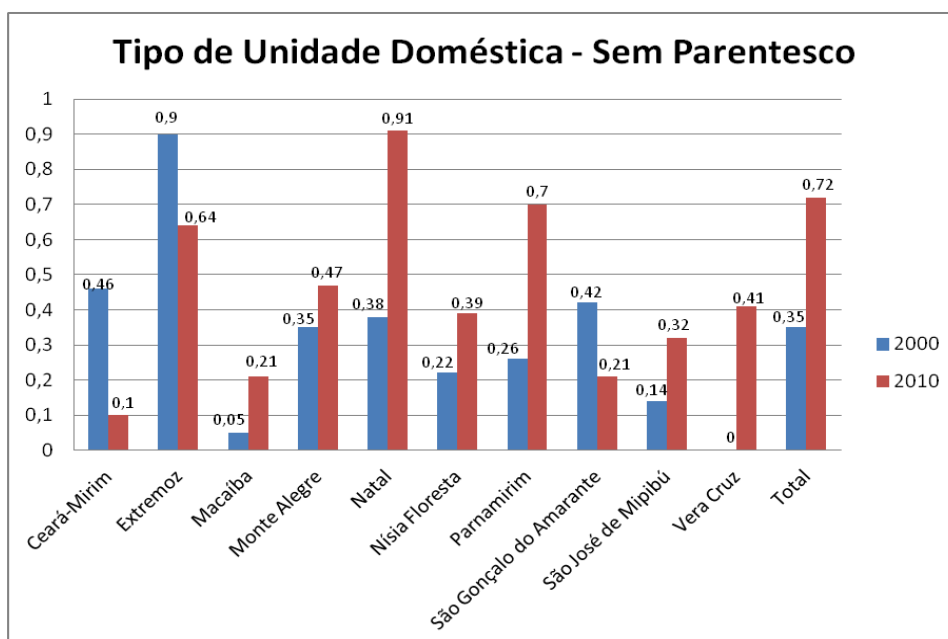
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pouquíssimas oscilações do ano de 2010, em relação ao ano de 2000; com tendências de aumento na maioria dos municípios, com exceções apenas para os municípios de Ceará Mirim, Extremoz e São Gonçalo do Amarante, que tiveram reduções de seus percentuais. O município de Ceará Mirim, por exemplo, sai de um percentual de 0,46%, para 0,10%, o de Extremoz, sai de um percentual 0,90%, para 0,64% e o de São Gonçalo do Amarante, passa de um percentual de 0,42%, para 0,21%. Porém, se calcularmos a média percentual de participação para todos os municípios, verificaremos que na sua totalidade há um suave crescimento da média para esse tipo de unidade familiar, ficando em torno de 0,32% no ano de 2000, para algo em torno de 0,44% no ano de 2010. Entretanto, como já apontamos, são variações relativas ainda pouco representativas, em relação às variações relativas das demais unidades domésticas (“Unipessoal” e “Com parentescos”).

Gráfico 3 - Tipo de unidade doméstica: Sem Parentesco



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010

2.2.2. Tipologia da composição das unidades doméstica por Municípios da Região Metropolitana de Natal, 2000 e 2010.

Analisando, a **Tabela 2**, a seguir, com a distribuição percentual dos tipos de composições das unidades domésticas ou das configurações dos arranjos familiares, a partir da comparação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

entre os Censos 2000 e 2010, para os municípios da Região Metropolitana de Natal, inicialmente no tocante à configuração “casais sem filhos,⁶” verificou-se o aumento no número de casais sem filhos em todos os municípios da região metropolitana de Natal, no ano de 2010 em comparação ao ano de 2000, com variações em torno de 2,2% a 4,8% pontos percentuais. Essa tendência de diminuição no número de casais sem filhos vem-se observando no Brasil desde os Censos de 1980 e de 1990.

Sendo os maiores aumentos percentuais, observados nos municípios de Nísia Floresta, que saltou de uma participação percentual de 9,28% para 14,13% em 2010, seguidos de Natal, que passou de 8,43% para 12,59% e Parnamirim que saltou de 10,78% para 14,17%, o que a colocou, todavia, com a maior participação percentual dos arranjos familiares na condição de “Casal sem filhos” dentre os municípios da RMN no ano de 2010, porém praticamente empatado com o município de Nísia Floresta (14,13%, como já observado).

Esse aumento considerável na composição das unidades domésticas de casais sem filhos em todos os municípios da RMN e, especificamente, ainda mais nesses três municípios citados, pode-se considerar algumas causas relevantes do ponto de vista da adoção e execução de Políticas Públicas por meio, sobretudo, da descentralização e da busca de uma gestão intersetorial⁷, que envolvem tais políticas no Brasil, iniciadas ainda na década de 1990 e aprimoradas na sua forma gestão e execução a partir da década de 2000, até os dias atuais, podendo citar os casos da Política Nacional de Saúde (PNS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁸ e o aprimoramento dos marcos legais relacionados à criança e ao adolescente, como também no que diz a uniões estáveis e homoafetivas, como bem afirma Fonseca (2007)

3. APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Ao analisarmos as configurações ou os arranjos familiares dos municípios da Região Metropolitana de Natal, destacadas pelo IBGE e pelo próprio grupo de pesquisa “Observatório das

⁶ Unidade doméstica constituída por pessoa responsável pela unidade doméstica com cônjuge, IBGE 2014.

⁷ De acordo com Uchôa (2014, p. 230) “intersetorialidade é a intervenção coordenada de diversas instituições socioassistenciais e econômicas no desenvolvimento de ações de atenção integral à vida da população, significa transformar ações voluntárias e eventuais em ações socialmente organizadas, orientadas estratégica e prioritariamente”.

⁸ A Lei nº 8742/93 dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil. Já em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social e sua Norma operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB – SUAS). Essa política social tem o modelo de gestão descentralizado e participativo em todo território nacional tendo como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização.

Metrópoles”, de unidades domésticas, verifica-se claramente, uma tendência de modificação em seus arranjos familiares, passado apenas uma década, ano de 2010, comparado ao ano de 2000.

Verificou-se que a composição das unidades domésticas denominada de família, em sua forma tradicional, definida na classificação a partir de laços de parentesco ou “com parentesco”, constituiu-se de forma maciça na composição dos arranjos familiares da região, porém com uma tendência de queda em todos os municípios que compõe a própria RMN; atingindo um percentual médio de 93,31%, no ano de 2000 e caindo para uma média percentual em torno de 90,52% no ano de 2010. Todavia, como já destacado, mantendo-se com uma média percentual ainda muito hegemônica.

No entanto essa tendência de queda vem se refletindo no aumento da unidade doméstica denominada de “Unipessoal”, também observada para todos os municípios da RMN, que de uma média participação percentual de 6,37% no ano de 2000, sobe para 9,04% no ano de 2010. O que reflete também numa tendência nacional, como vimos nas afirmações, por exemplo, de Ribeiro e Salata (2014), onde afirmam que a unidade doméstica “Unipessoal” representa em torno de 12% do total das famílias do Censo de 2010, e que, por sua vez, constituem num tipo de arranjo que tende a crescer no Brasil. É bom frisarmos também, como afirma os autores acima, que esse é um tipo de unidade doméstica que apresentam renda domiciliar per capita mais alta do país.

Algumas especificidades chamaram atenção na RMN, nessa nova composição dos arranjos familiares, que parece de fato uma tendência a se estabelecer, que foi o crescimento desse arranjo familiar (Unipessoal), sobretudo numa maior proporção para alguns municípios fora núcleo da RMN, com destaque para o município de Monte Alegre, que sobe de uma participação percentual de 5,30% no ano de 2000, constituindo-se naquele momento como o menor percentual dentre todos os municípios da região, para um percentual de 12,19% no ano de 2010, passando, ao contrário, a ser o maior percentual em relação aos demais municípios que compõem a região metropolitana; superando, inclusive, de forma relativamente considerável à média percentual de toda a RMN e igualando a média do Brasil, como vimos na demonstração dos dados trazidos por Ribeiro e Salata (2014), para a realidade brasileira.

Devemos ter em mente, devido a pluralidade, que ora apresentam as composições familiares, é mais que necessário, ante as configurações em constantes mudanças, que se acham ou não ligadas por laços consanguíneos, que o importante para ser considerada família não é apenas o grau de parentesco, mas o grau de afetividade entre seus membros, assim é preciso que os institutos oficiais de pesquisa redefinam, continuamente, suas metodologias de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

coleta de dados para conseguirem dar respostas às demandas das expressões da questão social da atualidade, para que a partir daí, o poder público, conjuntamente com a participação da sociedade civil organizada possam formular, implementar e avaliar políticas públicas que representem a realidade, dando conta de fato do desenho ou das configurações sociais da população brasileira

3. REFERÊNCIAS

ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade mecum acadêmico de direito**. 8 ed. São Paulo: Rideel, 2009. Coleção de Leis Rideel. Constituição Federal de 1988 / Código Civil Brasileiro. p.75 – 214.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006, Tradução: Dora Flaksman.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998. v.4.p.414

BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta. A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. In: **XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós – graduação e pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS** – Caxambu, Minas Gerais, 23 a 27 de outubro de 1989. GT. Família e Sociedade. p. 01 – 44.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS). **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDSCF, 2011.

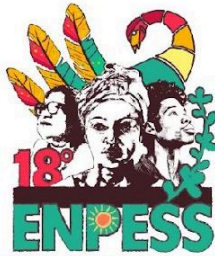
CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; PESSOA, Zoraide Souza. Tipologia socioespacial em formação: a RMNATAL. In: **CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; PESSOA, Zoraide Souza. Natal, uma metrópole em formação**. Natal/RN. EDUC, 2009. p.73 – 113.

_____, Cláudia Lee W. **A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar**. In: Revista BIB, Rio de Janeiro: ANPOCS, nº 27, 1989. 1º sem. p. 51 – 73

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo; Ed. UNESP, 2000.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Dinâmica territorial no espaço metropolitano de Natal. In: **CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; PESSOA, Zoraide Souza. Natal, uma metrópole em formação**. Natal/RN. EDUC, 2009. P. 49 – 71.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2001.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores sociais mínimos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>> acesso em 30.01.2014.

____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira 2014. Rio de Janeiro. Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica. nº 34. 214p.

MONTALI, Lilia. **Relação família-trabalho:** reestruturação produtiva e desemprego. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, 2005. p. 123 – 135.

OSÓRIO, Luiz Carlos. Família hoje. Porto Alegre. Artes Médicas, 1996. Cap. 2: **O que é a família afinal?** p. 14 – 23.

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira:** bases e perspectivas teóricas. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., Caxambú, 23-27 out. 2000. *Anais...* s.l.: s.n. p.01 – 25. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf>>. Acesso em: 22 dez. de 2014.

UCHOA, Roberta. Intersetorialidade nas políticas públicas: compromisso de todos. In: **BRASIL. Secretaria nacional de políticas sobre drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias.** 6 ed. Brasília: SENA – MJ/NUTE – UFSC, 2014. 312.